

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DEPUTADO
FEDERAL ARTHUR LIRA

Representação nº ___/2023

O PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL, partido político com representação no Congresso Nacional, devidamente registrado no Eg. Tribunal Superior Eleitoral por meio da resolução nº 22.083 de 15.09.2005, inscrito no CNPJ sob o nº 06.954.942/0001-95, com sede e foro em SCS, QD. 2, Bl. C, nº 252, ed. Jamel Cecílio, 5º and., bairro Asa Sul, Brasília-DF, CEP nº 70302-905, fones (61) 3963-1750 e 3039-6356, por seu presidente nacional, JULIANO MEDEIROS, brasileiro, historiador, inscrito no [REDACTED], vem, diante de Vossa Excelência, com base no artigo 55, II e § 2º, da Constituição Federal, nos artigos 231, 240, II e 244 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e artigos 3º, II e IV, 4º, I e VI, 10, IV e 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados (CEDP), apresentar

REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR

em face do Deputado Federal ABILIO JACQUES BRUNINI MOUMER (PL/MT), brasileiro, com endereço na Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 648, Anexo IV, CEP 70160-900, Brasília – DF, por práticas incompatíveis com o exercício do mandato parlamentar.

Requer-se, **desde logo**, nos moldes do §2º do art. 55 da Constituição Federal c/c o §3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar

da Câmara dos Deputados, que a presente representação seja encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa para que esta adote as medidas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara (CEDP), no Regimento Interno e na Constituição Federal, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – PRELIMINARMENTE – DA LEGITIMIDADE ATIVA

1. Nos termos do §3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados, a representação subscrita por partido político representado no Congresso Nacional será encaminhada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no prazo de três sessões ordinárias, quando se tratar de conduta punível com as sanções previstas nos incisos II, III e IV, do art. 10. Observa-se:

Art. 9º As representações relacionadas com o decoro parlamentar deverão ser feitas diretamente à Mesa da Câmara dos Deputados.

(...)

§ 3º A representação subscrita por partido político representado no Congresso Nacional, nos termos do § 2º do art. 55 da Constituição Federal, será encaminhada diretamente pela Mesa da Câmara dos Deputados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no prazo a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo.

2. A presente representação é proposta por partido político com representação no Congresso Nacional e nos moldes do art. 55 da CF.

3. Pelos fatos e provas a seguir narrados, conclui-se que o Deputado Federal **ABILIO JACQUES BRUNINI MOUMER (PL/MT)** desonrou o cargo para o qual

foi eleito, abusando das prerrogativas asseguradas para cometer as ilegalidades e irregularidades a seguir expostas, e entrando no rol de sanções previstas no artigo 10, inciso IV.

II – DOS FATOS

4. Na sessão da CPMI dos Atos Golpistas, na sessão realizada em 11/07/2023, constatou-se, por diversos testemunhos, a prática de homotransfobia e violência de gênero contra a Deputada Federal Erika Hilton, por parte do Representado, Abilio Brunini. Após a manifestação de ódio, o Presidente da Comissão, Deputado Arthur Maia, anunciou uma investigação sobre o caso: "*Eu solicito à secretaria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que envie para a polícia legislativa a cópia dessa filmagem para que se faça uma apuração*", disse Maia.

5. A situação se iniciou durante um pronunciamento da Deputada Erika Hilton. **Importa pontuar que, mais cedo, o Representado já havia sido repreendido pelo Presidente da comissão por filmar e debochar de colegas na CPMI.**¹

6. No tempo reservado à fala da Deputada Erika Hilton, o Senador Rogério Carvalho (PT/SE) denunciou a fala discriminatória do Representado. Em seguida, outros parlamentares, **e de diferentes matizes ideológicas**, tais como a Senadora Soraya Thronicke (União-MS) e a Deputada Federal Laura Carneiro (PSD-RJ), confirmaram a versão do Senador.²

7. Seguem as notas taquigráficas, *in verbis*:

¹ Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/parlamentares-acusam-Deputado-de-transfobia-na-cpi-dos-atos-golpistas-e-Presidente-anuncia-investigacao.ghtml>

² Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jPWEcRIH2cM&ab_channel=TVSenado

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Presidente, Presidente, Presidente, eu queria aqui...

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) - Eu pediria que o senhor me desse mais um minuto, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) - É porque o Sr. Mauro Cid foi homofóbico aqui. O Sr. Abilio foi homofóbico, fez uma fala homofóbica quando a companheira... Quando a companheira estava se manifestando, ele acusou e disse que ela estava oferecendo os serviços. Isso é homofobia...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) - Foi mesmo, Presidente. É homofobia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - ... é um desrespeito, e eu peço a V. Exa. que peça para o Deputado se retirar do Plenário neste momento, por homofobia.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Arthur, é verdade.

(Tumulto no recinto.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) - O senhor tem prova? Como é que é? Tem a filmagem?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - É só devolver, é só pegar a gravação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - É verdade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Ele foi homofóbico e ele precisa - precisa - ser retirado do Plenário...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) - Negativo!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - ... para garantir o funcionamento da CPI.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) - Pergunta ao Deputado Carlos Santana. É verdade, Arthur, é verdade.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - Quer dizer que pode mandá-lo ir atrás...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - ... de tirar a carência dele nos outros lugares?

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) - Exatamente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - Isso pode falar?

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) - Exatamente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - Ah, isso pode!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - Deputado, Deputado, Deputado Rogério... Senador Rogério Carvalho, Senador Rogério Carvalho...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Aí não dá. Aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - ... e a Senadora Soraya Thronicke...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Presidente, com todo respeito que tenho por V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - ... eu vou dar encaminhamento à fala.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Além de ser crime...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - Eu vou decidir no seguinte sentido: tanto o Senador Rogério Carvalho como a Senadora Soraya Thronicke estão afirmando que ouviram V. Exa. fazer essa afirmação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) - Eu também afirmo. Eu também afirmo, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - Eu não ouvi.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - E o que é que isso tem a ver com homofobia? E, se ele falou, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - A Presidência...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - ... a Deputada o mandou ir atrás de tirar a carência nos outros lugares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - A Presidência...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) - Isso é um desrespeito!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - A Presidência está falando, Deputado. Tenha calma.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) - Isso é um desrespeito!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - A Presidência... eu não ouvi, mas outros Deputados estão dizendo que ouviram.

O Deputado Abilio diz que não falou. Então, a nossa decisão é a seguinte...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Mas, se vários ouviram, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) - Senhores, a nossa decisão é a seguinte: nós vamos fazer uma investigação, vendo inclusive as filmagens, porque, se V. Exa. falou, vai ter a leitura labial e vai ser fácil que isso seja identificado. E, obviamente, Deputado, que, se V. Exa. de fato agiu dessa forma, vai ter uma penalidade contra o senhor. Não há dúvida de que V. Exa. será penalizado.³

³ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/11621>

8. Em razão desse comportamento, o próprio Presidente da CPMI **também já ameaçou levar o Deputado ao Conselho de Ética**, conforme visto acima. Para o Presidente da CPMI, o parlamentar busca tumultuar as sessões da comissão.⁴ Destaque-se que o Representado sequer é integrante da referida Comissão. O Representado tem comportamento recorrente, em diversos espaços do Congresso Nacional, tumultuar as sessões e desrespeitar os colegas parlamentares, em especial mulheres parlamentares, conforme demonstra episódio recente ocorrido na CPI do MST.⁵

9. Até o Senador Magno Malta, um aliado de primeira hora do ex-Presidente Jair Bolsonaro, já chamou a atenção do também bolsonarista Brunini. Em um desses momentos, Malta elevou o tom de voz com o parlamentar e o questionou, de forma irônica: *"Tenho que gritar, é? Estou na escolinha?"*.⁶

10. **Importa salientar que não é a primeira representação do PSOL contra o Representado no Conselho de Ética.** Brunini não só apoiou os atos golpistas, mas também duvidou do grau de destruição causado pelos vândalos bolsonaristas, em vídeo amplamente veiculado na Internet, o que ensejou um pedido de cassação do Representado por parte do PSOL.⁷ Nosso pedido, no entanto, jamais chegou ao Conselho de Ética, mesmo tendo sido protocolado em fevereiro do ano corrente.⁸

11. No vídeo supracitado, enquanto perambula pelo Salão Verde, o representado diz que "praticamente não teve nenhum estrago" e complementa

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/parlamentares-acusam-Deputado-de-transfobia-na-cpi-dos-atos-golpistas-e-Presidente-anuncia-investigacao.ghtml>

⁵ Disponível em: <https://m.leijaja.com/politica/2023/05/31/deputado-do-pl-tenta-intimidar-deputadas-na-cpi-do-mst/>

⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/11/parlamentares-acusam-Deputado-de-transfobia-na-cpi-dos-atos-golpistas-e-Presidente-anuncia-investigacao.ghtml>

⁷ Disponível em <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/Deputado-do-pl-em-video-na-camara-nega-estragos-e-petista-o-desmente>.

⁸ Disponível em <https://www.poder360.com.br/brasil/psol-pede-cassacao-de-Deputados-por-relacao-com-8-de-janeiro/>

dizendo “você fica assistindo a internet achando que está tudo quebrado, mas não está. Não é verdade”.⁹

12. É imperioso destacar que, na ocasião, o próprio Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Arthur Lira, se pronunciou acerca das falas mentirosas do representado, a saber:

Todos que tiverem responsabilidade vão responder. Inclusive parlamentares que andam difamando e mentindo, com vídeo, dizendo que praticamente houve inverdades nas agressões que a Câmara dos Deputados sofreu em seu prédio. Então esses Deputados serão chamados à responsabilidade, porque todos viram¹⁰.

13. Quando questionado se tais afirmações se referiam especificamente ao ora representado, o Presidente da Câmara dos Deputados complementou:

Justamente isso. Eles terão que ser chamados à responsabilidade, porque, de qualquer maneira, um parlamentar eleito não pode estar divulgando fatos que não condizem com a realidade.

14. Para além do já vergonhoso histórico na Câmara Federal, sua indisciplina e postura incompatível com a atividade parlamentar vem de antes – Brunini chegou a ser cassado pela Câmara Municipal de Cuiabá (apesar de o caso se arrastar no Poder Judiciário) quando exercia o cargo de vereador, por sua postura agressiva e desrespeitosa com funcionários de um hospital municipal naquela cidade.¹¹ Da mesma forma, mostrando um *modus operandi* de condutas atentatórias aos

⁹ Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=1143297433008207>

¹⁰ Disponível em <https://exame.com/brasil/Deputados-que-negaram-a-ocorrencia-de-ataques-a-camara-serao-chamados-a-responsabilidade-diz-lira/>

¹¹ Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/comissao-na-camara-de-cuiaba-pede-cassacao-de-ex-Presidente-da-CPMI-da-saude-por-constranger-servidores-durante-blitz-em-hospital/>

Direitos Humanos, o representado é também investigado pelo Ministério Público Federal pela prática de racismo religioso.¹²

15. Nota-se que o Representado lança mão de artifício extremamente vil a fim de manter sua base eleitoral em constante agitação: publica-se vídeo/corte em flagrante ataque a determinada minoria social, o que gera engajamento da base e ampliação do discurso que incita a violação de direitos humanos.

16. Também na esteira dos das agressões do Deputado Brunini, é cada vez mais importante rememorar o conceito de violência política – tal qual define Flávia Biroli, professora de Ciência Política na Universidade de Brasília e coautora do livro recém-lançado *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*:

Quando damos nomes às coisas, fica mais fácil reconhecer fenômenos que existem, mas que nem sempre são percebidos como um problema coletivo. As mulheres que atuam na política, como candidatas ou eleitas, as mulheres defensoras e ativistas de direitos humanos, contam inúmeras histórias sobre assédio, ameaças, ataques. Quando reconhecemos que este é um problema coletivo que atinge as mulheres justamente porque avançam em espaços historicamente masculinos e colocam em xeque hierarquias, passa a ser evidente que é preciso encontrar alternativas para além de casos individuais.¹³

17. Na literatura internacional e nos documentos que vêm sendo publicados pela Organização das Nações Unidas, considera-se que essa violência se apresenta

¹² Disponível em <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/01/18/ministerio-publico-deve-investigar-Deputado-federal-de-mt-por-suposto-crime-religioso.ghtml>

¹³ Disponível em: <https://marcozero.org/combater-a-violencia-politica-de-genero-e-dever-da-sociedade-defende-flavia-biroli/>.

de diferentes maneiras – física, sexual, psicológica, simbólica e econômica – e atinge as mulheres de modo variado, dependendo das clivagens e conflitos em contextos específicos – no caso brasileiro, raça, sexualidade e também o perfil de ativistas em áreas e temas de maior conflito tornam as mulheres alvos dessa violência com maior frequência.

18. Ainda, os fatos aqui descritos estão claramente tipificados no Código Penal e no Código Eleitoral, como se vê:

(Código penal)

Violência política

Art. 359-P. Restringir, impedir ou dificultar, com emprego de violência física, sexual ou psicológica, o exercício de direitos políticos a qualquer pessoa em razão de seu sexo, raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Incluído pela Lei nº 14.197, de 2021) (Vigência)

(Código eleitoral)

Art. 326-B. Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
(...)

19. É importante ressaltar: vozes dissonantes, diferentes ideologias, muitas vezes com debates acalorados, fazem parte do Estado Democrático de Direito e da vida parlamentar na Câmara dos Deputados. Entretanto, a declaração do Deputado Federal Abílio Brunini é extremamente grave e atenta contra a ordem jurídica e

social fixada pela Constituição, descumprindo os deveres parlamentares ali expostos; descumpre os deveres postos no CEDP da Câmara dos Deputados; agride o disposto em diversos tratados e acordos internacionais de que o país é signatário; e desborda, ainda, em ilicitude penalmente tipificada. Sua prática, por conseguinte, é inconstitucional, ilegal e não incompatível com a ética e o decoro parlamentar.

20. Com a instauração do devido processo de investigação no âmbito deste Conselho de Ética, poderá a Câmara dos Deputados, no exercício do poder-dever de investigar os fatos, em face do quanto já revelado e de outros elementos a serem agregados a esta Representação, definitivamente declarar a quebra de decoro por parte do Representado.

III. DO DIREITO

21. De acordo com o exposto, a conduta do Representado não se coaduna com os preceitos básicos da Constituição Federal de 1988. É que violência política é construída como ferramenta de disseminação e incitação à violência, em detrimento dos valores e princípios consubstanciados na Lei Maior.

22. Saliente-se que a doutrina de direito antidiscriminatório surge como resposta a atitudes como a do Deputado Federal Representado nesta petição. Em primeiro lugar, cumpre lembrar que a prerrogativa fundamental à não discriminação ampara-se no artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal de 1988, que estabelece como objetivos da República "*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*".

23. O Supremo Tribunal Federal já se posicionou em diversos precedentes em favor da dignidade da população trans e travesti, no sentido de reconhecer os seus

direitos e repreender práticas institucionais marcadas pela transfobia. Lembremos, por exemplo, o julgamento da ADI 4277, do Supremo Tribunal Federal, relatado pelo D. Ministro Ayres Britto. Na situação, o Ministro assim se posicionou:

o sexo das pessoas, salvo expressa disposição constitucional em contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. É como dizer: o que se tem no dispositivo constitucional aqui reproduzido em nota de rodapé (inciso IV do art 3º) é a explícita vedação de tratamento discriminatório ou preconceituoso em razão do sexo dos seres humanos. Tratamento discriminatório ou desigualitário sem causa que, se intentado pelo comum das pessoas ou pelo próprio Estado, passa a colidir frontalmente com o objetivo constitucional de "promover o bem de todos". (ADI 4277, Rel. Ayres Britto, Tribunal Pleno, DJ.14.10.2011).

24. Além disso, foi o Supremo Tribunal Federal o responsável pelo julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, relatada pelo Ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo ministro Edson Fachin, **por meio dos quais houve a criminalização da homotransfobia, equiparando-se as práticas de transfobia ao crime de racismo previsto na Lei 7.716/1989.** Por maioria, o Plenário aprovou a tese de que o conceito de racismo ultrapassa aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos e alcança a negação da dignidade e da humanidade de grupos vulneráveis.

25. O enquadramento do discurso do Representado à prática do crime de homotransfobia é nítido. É cristalino que o Representado busca se projetar politicamente a partir de um discurso baseado na política do ódio, que visa ofender e vulnerabilizar ainda mais as minorias.

26. Os parlamentares, nos termos da Carta Magna, são cobertos pelo manto da imunidade material, sendo invioláveis pelas suas opiniões, palavras e votos, salvo os abusos. Pelo transcrito §1º do art. 55, e como já decidiu o Supremo Tribunal

Federal em diversos casos, tal prerrogativa não é absoluta – como bem deveria lembrar o Deputado Brunini.

27. Por exemplo, em voto proferido pelo Ministro Roberto Barroso, temos que **“o excesso de linguagem pode configurar, em tese, quebra de decoro, a ensejar o controle político”** (Pet. 5.647, Rel. Min. Roberto Barroso, 1ª T., julg. em 22/09/2015). Nesse sentido, não se pode, segundo Owen Fiss, ignorar a força silenciadora que o discurso opressivo dos intolerantes pode exercer sobre seus alvos. **Assim, a restrição ao discurso de ódio e à estigmatização de setores não ameaça a democracia, mas antes a fortalece.** No caso em concreto, houve nítida prática de discriminação e preconceito.

IV – DAS INFRAÇÕES AO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

28. O CEDP da Câmara dos Deputados estabelece que é dever fundamental do parlamentar, dentre outros, zelar e cumprir a Constituição Federal. Lê-se:

Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

- I – promover a defesa do interesse público e da soberania nacional;
- II – **respeitar e cumprir a Constituição Federal, as leis e as normas internas da Casa e do Congresso Nacional;**
- III – zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- IV – **exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade;**

29. O art. 4º do CEDP da Câmara dos Deputados, elenca, em seus seis

incisos, procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, sendo puníveis com a perda do mandato parlamentar. Como podemos observar nos seus incisos I e VI:

Art. 4º Constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, **puníveis com a perda do mandato:**

I – **abusar das prerrogativas constitucionais** asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);

VI – **praticar irregularidades graves** no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes, **que afetem a dignidade da representação popular.**

30. Por suas falas, o Representado abusa de suas prerrogativas constitucionais, e por isso, deve perder o seu mandato. A própria Constituição Federal de 1988 prevê tal punição:

Art. 55. **Perderá o mandato o Deputado ou Senador:**

II - **cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;**

31. Como se verifica do transcrito, e como abordaremos adiante, a imunidade parlamentar, prerrogativa constitucional concedida a parlamentares eleitos, não é absoluta e deve passar pelo crivo político do julgamento judicialiforme do Conselho de Ética, conforme autoriza o art. 55 da Constituição Federal. Isso porque é inconstitucional dar guarida a aspirações antidemocráticas e autoritárias, e porque é punível o abuso das prerrogativas (dentre elas a da imunidade material), especialmente como no caso, quando incompatível com o decoro parlamentar.

32. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) prevê que, no

dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os Deputados diplomados prometerão defender e cumprir a Constituição Federal – constantemente ignorada pelo Representado Brunini:

Art. 4º

No dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os candidatos diplomados Deputados Federais reunir-se-ão em sessão preparatória, na sede da Câmara dos Deputados.

§ 3º Examinadas e decididas pelo Presidente as reclamações atinentes à relação nominal dos Deputados, será tomado o compromisso solene dos empossados. De pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração: **"Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil"**. Ato contínuo, feita a chamada, cada Deputado, de pé, a ratificará dizendo: **"Assim o prometo"**, permanecendo os demais Deputados sentados e em silêncio.

33. Além do exposto, o RICD também dispõe acerca da perda de mandato e da quebra de decoro parlamentar:

Art. 240. **Perde o mandato o Deputado:**

II - cujo procedimento for declarado **incompatível com o decoro parlamentar;**

Art. 244. **O Deputado que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previstos no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que definirá também as condutas puníveis.**

34. O Ministro Celso de Mello também analisou o instituto jurídico de imunidade parlamentar e a incidência do seu alcance em sentido material. Observa-se:

IMUNIDADE PARLAMENTAR EM SENTIDO MATERIAL (INVIOABILIDADE). DISCURSO PROFERIDO POR DEPUTADO DA TRIBUNA DA CASA LEGISLATIVA. ENTREVISTA JORNALÍSTICA DE CONTEÚDO IDÊNTICO AO DO DISCURSO PARLAMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO. PRESSUPOSTOS DE INCIDÊNCIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IMUNIDADE PARLAMENTAR PRÁTICA 'IN OFFICIUM' E PRÁTICA 'PROPTER OFFICIUM'. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(...)

- Se o membro do Poder Legislativo, não obstante amparado pela imunidade parlamentar material, incidir em abuso dessa prerrogativa constitucional, expor-se-á à jurisdição censória da própria Casa legislativa a que pertence (CF, at. 55, § 1º). Precedentes: RE 140.867/MS , Rel. p/ o acórdão Min. Maurício Corrêa – Inq 1.958/AC, Rel. p/ o acórdão Min. Carlos Britto (Pleno) - *STF, AI 631276, Rel. Min. Celso de Mello, julg. em 01/02/2011, DJe 15/02/2011*

35. Para além dos dispositivos contidos no CEDP da Câmara dos Deputados aqui referidos, também é possível observar que o Representado infringiu outros dispositivos do ordenamento jurídico nacional, conforme demonstrado anteriormente.

36. Ao Conselho de Ética e Decoro da Câmara dos Deputados cabe, em virtude da farta documentação já juntada nesta Representação, que evidenciam a prática de ato incompatível com o decoro parlamentar, **preservar a dignidade do exercício parlamentar dos mandatos eletivos**. Mais que uma prerrogativa, trata-se, em verdade, de um poder-dever, que conseqüentemente traz a responsabilidade institucional inafastável de investigar e eventualmente punir o Deputado que tenha quebrado o decoro parlamentar.

37. Temos claro que estão presentes os elementos de prova suficientes o bastante para justificar a abertura de processo de quebra de decoro parlamentar neste Conselho. Só assim se viabilizará o necessário esclarecimento dos fatos e as

decisões sobre suas consequências, com vistas à preservação dos valores democráticos.

38. Dessa forma, em face das gravíssimas violações à Constituição Federal, ao Código de Ética e ao ordenamento jurídico, havendo o Representado agido ilegal e abusivamente e de modo incompatível ao decoro parlamentar, impõe-se a cassação do mandato do Representado.

IV. DOS PEDIDOS

Face ao exposto, diante dos fatos praticados pelo Representado, e pelas razões de fato e de direitos expostas, requer-se:

a) Nos moldes do §2º do art. 55 da Constituição Federal c/c o §3º do art. 9º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, seja a presente Representação recebida e encaminhada diretamente pela Mesa ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados com a devida instauração do Processo Disciplinar, visando a apurar a prática de conduta atentatória contra o decoro parlamentar do **ABILIO JACQUES BRUNINI MOUMER (PL/MT)**, nos moldes do art. 14 e incisos do §4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

b) A designação de Relator;

c) A notificação do Representado, com endereço na Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 648, Anexo IV, para, querendo, responder dentro do prazo legal;

d) A designação de testemunhas, abaixo relacionadas;

- e) Requer-se que a presente Representação seja admitida e que o Representado seja punido com a perda de mandato, conforme previsto no art. 10, inciso IV, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados;
- f) Que seja juntada – *a posteriori* – investigação da polícia legislativa, solicitada a pedido do Presidente da CPMI, o Deputado Arthur Maia, na sessão de 11/07/2023 da CPMI dos Atos Golpistas;
- h) Requer-se a produção de provas por todos os meios admitidos.

ROL DE TESTEMUNHAS

- a) Sr. Senador da República **ROGÉRIO CARVALHO SANTOS (PT/SE)**, brasileiro, com endereço profissional situado no Senado Federal - Anexo 2 - Ala Teotônio Vilela - Gabinete 12;
- b) Sra. Senadora da República **SORAYA VIEIRA THRONICKE (UNIÃO/MS)**, brasileira, com endereço profissional situado no Senado Federal – Edifício Principal – Ala Dinarte Mariz – Gabinete 01;
- c) Sra. Deputada Federal **MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO (LAURA CARNEIRO) (PSD/RJ)**, brasileira, com endereço profissional situado na Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 210 - Anexo IV - Câmara dos Deputados.

Nestes termos, pede o deferimento.

Brasília, 11 de julho de 2023.

JULIANO
MEDEIROS:

JULIANO MEDEIROS
Presidente do PSOL

ERIKA HILTON
PSOL/SP

GUILHERME BOULOS
Líder da Fed. PSOL/Rede

Fernanda Melchionna
PSOL/RS

Tarcísio Motta
PSOL/RJ

Chico Alencar
PSOL/RJ

Célia Xakriabá
PSOL/MG

Glauber Braga
PSOL/RJ

Pastor Henrique Vieira
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Professora Luciene Cavalcante
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ

Túlio Gadelha
Rede/PE

